

# **INDICAÇÕES TEÓRICAS PARA COMPREENDER O TRINÔMIO DISCURSO, PODER E DESENVOLVIMENTO NO PARANÁ COMO FORMADOR DE PROJETOS POLÍTICOS**

Gustavo Glodes BLUM<sup>1</sup>

## **RESUMO**

O presente trabalho busca fazer uma breve análise sobre os conceitos de discurso, poder e desenvolvimento, a fim de realizar indicações para a pesquisa a respeito dos projetos e programas de desenvolvimento no Paraná. Inicia-se este artigo a partir de uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de discurso, cultura e poder, assim como as relações sociais que os envolvem. Por meio da discussão destes termos e do impacto de seus usos em políticas públicas, procura-se construir uma base para se pensar a respeito do conceito de desenvolvimento. Por fim, faz-se uma reflexão sobre o uso desse conceito nos projetos e nas justificativas de ocupação econômica do território no Paraná. Neste trabalho procurou-se estabelecer uma relação entre os conceitos citados, que, cada um ao seu tempo, constitui as bases da formação do discurso político no Estado do Paraná, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento econômico através da sua forma logística no Estado.

**Palavras-chave:** Discurso. Poder. Desenvolvimento. Paraná.

---

<sup>1</sup> É Internacionalista, possui Bacharelado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (Unicuriuba) e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, é Professor Assistente do Unicuriuba, onde leciona nos cursos de Relações Internacionais e Administração, com foco em Geografia Política, Política Internacional e Negociação.

## **THEORETICAL INDICATIONS FOR A BETTER UNDERSTANDING OF THE TRINOMIAL DISCOURSE-POWER-DEVELOPMENT AS PUBLIC POLICIES' EMBASEMENT IN THE STATE OF PARANÁ**

### **ABSTRACT**

This paper seeks to create a brief analysis on the concepts of discourse, power and development, as to put forward indications that could base the research on projects and programs of development in Paraná. We start this article by revising bibliographical sources on the concepts of discourse, culture and power, as well as the relationship that involve them. Through the discussion of these terms and the impact of their use in public policies, we seek to build a basis for thought on the concept of development. Finally, we propose a reflection on the use of these concepts in projects and justifications for economic occupation of territories in Paraná. In this paper, we sought to establish a relationship between the aforementioned concepts that, each at its own time, have constituted the basis for the molding of political discourse in the State of Paraná, above all in what refers to economic development through its logistical network.

**Keywords:** Discourse. Power. Development. Paraná.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca fazer uma breve revisão bibliográfica a respeito dos conceitos de discurso, poder e desenvolvimento, a fim de realizar indicações teóricas para a pesquisa a respeito dos projetos e programas de desenvolvimento no Paraná. Propõe-se compreender de que forma a ideia de desenvolvimento, construída a partir de diversos pontos diferentes, se tornou tão poderosa – a ponto de estar presente em debates e propostas políticas de diversas facções políticas, econômicas e sociais no Estado – e influencia socialmente a construção de ações públicas e políticas.

Inicia-se esta discussão a partir de uma breve revisão teórica dos conceitos de discurso, poder e desenvolvimento, assim como as relações sociais envolvidas que os envolvem. Através da conceituação destes termos, busca-se construir uma base para a discussão aprofundada, na seção seguinte, a respeito do desenvolvimento em si. Por fim, finaliza-se com uma reflexão sobre o uso do conceito de desenvolvimento nos projetos e na ocupação econômica do território no Paraná.

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, após a disciplina denominada “Leituras Geográficas do Desenvolvimento: escala, mobilização social e conflito”, sob orientação do Prof. Dr. Jorge Montenegro Gómez, assim como no âmbito da pesquisa desenvolvida no curso de mestrado do Programa, sob orientação do Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga.

## 2 DISCURSO, CULTURA E PODER – UMA BREVE APROXIMAÇÃO TEÓRICA

Ao se considerar a questão do desenvolvimento econômico, social e territorial conforme se conhece estas noções atualmente, deve-se atentar às diversas características que envolvem o termo. Sobretudo na América Latina, o desenvolvimento e suas preconizações fazem parte não apenas de um arcabouço retórico de uma área definida do conhecimento, mas são grandemente utilizados pelas mais diversas tendências políticas, como afirma Eduardo Gudynas (2011), e continuam sendo uma questão em aberto.

Para o referido autor, “[...] os sentidos usuais da palavra desenvolvimento apontam para os avanços e progressos no campo econômico e social” (GUDYNAS, 2011, p. 22). Isso significa

afirmar que, de uma forma contundente e consistente, esta “palavra proveniente de outros campos [...] usada assiduamente na biologia, por exemplo, para referir-se às etapas de crescimento e maturação de um ser vivo” (*Ibidem*), veio a ser tornar um termo que “[...] alude a um amplo leque de assuntos acadêmicos e práticos [...]” (*Ib.*), sendo inclusive parte do nome de relevantes instituições internacionais “como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID” (*ibidem, idem*).<sup>2</sup>

A ideia de desenvolvimento, que se poderá abordar de forma mais aprofundada na próxima seção deste trabalho, alcançou uma amplitude quase global, tornando-se um grande modelo de aplicação de políticas e práticas governamentais de estímulo à atividade econômica. Segundo Gudynas, “[...] se delimitaram ideias, com seu próprio sustento teórico na economia, e se as apresentou como respostas práticas frente a desafios como a pobreza e a distribuição de riquezas” (GUDYNAS, *op. cit.*, p. 22) ao redor do mundo. Abarcando o próprio desenvolvimento econômico:

A ideia de desenvolvimento permaneceu, portanto, atrelada ao crescimento econômico e em consequência, também permaneceram subordinados os temas do bem-estar humano, já que se considerava que a desigualdade e a pobreza se resolveriam essencialmente por meios econômicos (GUDYNAS, 2011, pp. 22-23).<sup>3</sup>

Ora, afirmar que o discurso do desenvolvimento acabou por subordinar os temas do bem-estar humano significa afirmar que as condições de vida das populações passaram, automaticamente, a ser reguladas por este mesmo discurso. E se, por diversas razões, este desenvolvimento é utilizado como retórica e justificativa para diversas ações governamentais, passamos a observá-lo como aquilo que Álvarez, Dagnino e Escobar (2000) denominam “[...] o laço constitutivo entre cultura e política, e a redefinição de política que esta visão implica” (2000, p. 17):

---

<sup>2</sup> No original, “Los sentidos usuales de la palabra desarrollo apuntan a los avances y progresos en el campo económico y social. (...) La palabra proviene de otros campos, y era usada asiduamente en la biología, por ejemplo, para referirse a las etapas de crecimiento y maduración de un ser vivo. En las ciencias sociales y la política, el desarrollo elude a un amplio abanico de asuntos académicos y prácticos; inclusive existen agencias que incluyen esa palabra en su denominación (como el Banco Interamericano de Desarrollo, BID).”

<sup>3</sup> No original, “La idea del desarrollo quedó, por tanto, atada al crecimiento económico y en consecuencia, también quedaron subordinados los temas del bienestar humano, ya que se consideraba que la desigualdad y la pobreza se resolverían esencialmente por medios económicos.”

Esse laço constitutivo significa que a cultura entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter “cultural” ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados. *Com a expressão “política cultural”, nos referimos então ao processo pelo qual o cultural se torna fato político* (ÁLVAREZ *et al.*, *op. cit.*, p. 17; grifo nosso).

Esta aproximação entre cultura e política auxilia a compreender que discurso e poder, ou discurso e política, se inter-relacionam diretamente e definem de forma significativa os parâmetros de uma determinada sociedade. A proposta dos autores, de analisar as duas facetas da transformação daquilo que é cultural e político abarca, portanto, tanto a criação daqueles “[...] conjuntos de significados que integram práticas sociais [...]” como o “caráter ‘cultural’ ativo” das relações de poder dentro da sociedade. Se se compreende, em conjunto, que a cultura influencia diretamente as relações de poder, se assume que alguns destes conjuntos de significados e relações de poder estão, sim, impregnados por uma determinada visão de valores considerados mais adequados que outros.

A criação, o desenvolvimento e a aplicação destes significados são políticos por que estabelecem embates de poder que, dentro de um contexto, delimitam essas mesmas significações: “Interpretamos a política cultural como o processo posto em ação quando conjuntos de atores sociais modelados por e encarnando diferentes significados e práticas culturais entram em conflito uns com os outros” (ÁLVAREZ *et al.*, *op. cit.*, p. 24). Considerando as relações entre os diversos atores sociais sempre contextualizadas histórico e geograficamente falando, conforme indica Claude Raffestin (1980), devemos considerar que a própria “cultura é política”, pois “os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social (ÁLVAREZ *et al.*, *op. cit.*, p. 25). Assim, podemos compreender as

formações de política cultural neste sentido: elas são o resultado de articulações discursivas que se originam em práticas culturais existentes – nunca puras, sempre híbridas, mas apesar disso, mostrando contrastes significativos em relação às culturas dominantes – e no contexto de determinadas condições históricas (ÁLVAREZ *et al.*, *op. cit.*, p. 25).

Da mesma forma que os autores citados, aqui concorda-se com a leitura feita por Michel Foucault (2012) com relação ao discurso em si. Para Foucault, a representatividade do discurso

advém não apenas das palavras proferidas pelo seu conteúdo explícito, ou seja, pelas palavras que são pronunciadas, mas também por determinadas formas de interdição dentro da lógica deste mesmo discurso. Segundo o autor, na escala do discurso em si, das palavras faladas, não há conflito, mas o discurso se insere dentro de uma realidade social onde se aplicam as relações de poder, a que nos referimos anteriormente:

Certamente, se nos situarmos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situarmos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se (FOUCAULT, *op. cit.*, pp. 13-14).

De certa forma, o conceito de discurso em Foucault entra em consonância com o adotado por Álvarez, Dagnino e Escobar. As relações de poder às quais estes autores se referiram, se refletem na perspectiva de Foucault. O cultural torna-se político a partir do momento em que o discurso, em si, passa a ser compreendido não apenas através de seu significado semântico, no “nível da proposição” apresentada por Foucault, mas a partir do momento em que estabelece, entre este significado semântico e a audiência que o recebe e o discute, uma relação de exclusão.

O discurso, segundo Foucault, será tanto mais crível quanto mais ligado esteja a uma determinada “vontade de verdade”, ou seja, uma intenção em estabelecer as proposições, sejam elas respostas aos questionamentos, soluções práticas aos problemas sociais ou quaisquer outras formas de validação consensual de um discurso, num jogo de poder nas quais passam por um determinado crivo e as se considera verdadeiras em oposição às outras, que seriam falsas (FOUCAULT, 2012). E, neste jogo de poder, o processo que ocorre é o de que “[...] se trata aí de anular um dos termos da relação, e não de suprimir a relação ela mesma” (FOUCAULT, 2012, p. 23).

As relações de poder estabelecidas, assim, pelo discurso se afirmam de maneira a desenvolver uma relação de valoração, uma relação de definição do verdadeiro em oposição ao falso. Porém, ao invés de eliminar o elemento considerado não-verdadeiro, a consideração do mesmo como falso leva ao seu silenciamento, à sua subalternização. Pois, para Foucault (2012), a determinação de um dos termos sempre se dá dentro da relação, e para o verdadeiro continuar

verdadeiro, ele deve silenciar, ou “anular”, para usar o termo do autor, o falso; se o falso já não existe, não há oposição ao verdadeiro e ele se torna uma doutrina (FOUCAULT, 2012, p. 41).<sup>4</sup>

Por fim, o autor determina quatro perspectivas que podem auxiliar a análise da importância do discurso do desenvolvimento.<sup>5</sup> Estas quatro maneiras se referem à forma do método a ser utilizado, que baseará as próximas seções deste trabalho, com relação aos discursos do desenvolvimento, da globalização e sua aplicação no Estado do Paraná.

Estas quatro bases metodológicas estão relacionadas a princípios a serem utilizados (*op. cit.*, pp. 48-51). Nomeadamente, estes princípios são: a) o princípio da inversão; b) o princípio da descontinuidade; c) o princípio de especificidade; e, d) o princípio de exterioridade. Enquanto o princípio de inversão nos sugere que analisemos o discurso não apenas em suas figuras positivas, mas em suas relações de recorte e rarefação do discurso, o princípio da descontinuidade nos chama a atenção de que nenhum discurso é universal e ilimitado. Os discursos, segundo Foucault, devem ser considerados “[...] como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram e se excluem” (*op. cit.*, p. 49).

Por sua vez, o princípio de especificidade afirma que o discurso não deve ser considerado através de uma “[...] face legível que teríamos de decifrar apenas [...]”, mas sim analisado “[...] como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso [...]”, criando novas significações e alterando a realidade dos objetos para se adequarem à “vontade de verdade” (*op. cit.*, p. 50). E, por fim, o princípio da exterioridade, que afirma que o discurso deve ser contextualizado, ou seja, inserido dentro de uma lógica de “[...] suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras” (*op. cit.*, pp. 50-51). Segundo este princípio, devemos analisar as condições sociais que permitem não apenas a emergência do discurso, mas também aquelas que permitem sua permanência, seu aprofundamento e o poder que dele emana, proporcionado e executado pelo grupo social que o toma como referência (*op. cit.*, p. 51).

---

<sup>4</sup> Segundo Foucault, “A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam” (*op. cit.*, p. 41).

<sup>5</sup> Concordamos com diversos autores que apresentam esta realidade, demonstrando de qual forma o discurso do desenvolvimento, utilizado para basear ações governamentais dos mais diversos tipos, e também como retórica para ações predatórias social, política, econômica e ambientalmente. Cf. sobretudo SVAMPA, 2011; GUDYNAS, 2011; QUIJANO, 2000; ESCOBAR, 2005; FERNÁNDEZ, AMIN e VIGIL, 2008; ÁLVAREZ, DAGNINO e ESCOBAR, 2000; ZIBECHI, 2010; e ESTEVA, 2012.

Todas estas perspectivas ressoam problemáticas realizadas a respeito do desenvolvimento. Em uma obra destinada à verificação do funcionamento dos chamados “sistemas-mundo”, Immanuel Wallerstein, além de realizar uma profunda revisão histórica do desenvolvimento do capitalismo mundial, define a existência de uma “geocultura”. Para o autor, em similitude à geopolítica, que Wallerstein considera como “[...] um termo do século XIX que se refere às constelações e manipulações do poder dentro do sistema interestatal [...]” (2005, p. 74), a geocultura “[se] refere às normas e modos discursivos geralmente aceitos como legítimos dentro do sistema-mundo” (*ibidem, idem*).

Para Wallerstein, a construção de um sistema-mundo se dá dentro da compreensão de significados mútuos dentro deste determinado sistema<sup>6</sup> que não deve ser considerado como um sistema que abarca o mundo por completo, mas um sistema que é um mundo em si (*op. cit.*). Realizar esta afirmação significa compreender que os sistemas-mundos são as bases das “unidades de realidade social” que definem as formas nas quais podemos operar socialmente. Estas unidades criam regras de constrangimento social, que são concordâncias discursivas a respeito daquilo que é aceito ou não dentro deste mesmo sentido.

Segundo o autor, para os analistas do sistema-mundo, esta categoria se refere a “[...] uma zona espaciotemporal que atravessa múltiplas unidades políticas e culturais, uma que representa **uma zona integrada de atividade e instituições que obedecem a certas regras sistêmicas.**” (*op. cit.*, p. 17; grifo no original).<sup>7</sup> A perspectiva de análise parte do pressuposto de que as atividades desenvolvidas pelos atores sociais envolvidos são

[...] os produtos de um processo. Não são elementos atômicos primordiais, mas sim fazem parte de uma mescla sistêmica da qual emergiram e sobre a qual atuam. Atuam livremente, mas sua liberdade está limitada por suas biografias e pelas prisões sociais das quais fazem parte (WALLERSTEIN, *op. cit.*, p. 21).<sup>8</sup>

<sup>6</sup> Para Wallerstein, um sistema é, “Literalmente, uma espécie de todo conectado, com regras de operação internas e algum tipo de continuidade.” (no original, “Literalmente, una especie de todo conectado, con reglas de operación internas y algún tipo de continuidad.”; *op. cit.*, p. 79). Segundo o autor, existe uma disputa entre as formas de compreensão e análise dos sistemas, entre uma vertente denominada “ideográfica”, que “tendem a duvidar da existência de sistemas sociais, ou ao menos consideram que os sistemas sociais não são a explicação primário da realidade histórica”, e aqueles denominados “individualistas metodológicos”, que “creem que a ação social é resultado de ações individuais (...) e que o ‘sistema’ não é outra coisa senão a soma destas atividades sociais” (*ibidem, idem*).

<sup>7</sup> No original, “Afirma que en “sistema-mundo” estamos frente a una zona espaciotemporal que atraviesa múltiples unidades políticas y culturales, una que representa **una zona integrada de actividad e instituciones que obedecen a ciertas reglas sistêmicas.**”

<sup>8</sup> No original, “Para el análisis de sistema-mundo, estos actores, al igual que la larga lista de estructuras que uno puede enumerar, son producto de un proceso. No son elementos atômicos primordiales, sino que forman parte de una mezcla Georingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 6, n. 2, p. 171-194, 2014 ISSN 2175-862X (on-line)



Da mesma forma, na análise dos sistemas-mundo, deve-se considerar a maleabilidade das realidades do tempo e do espaço, e seu papel de contextualização das relações sociais. Para Wallerstein,

(...) o tempo e o espaço – ou melhor dito, o composto Tempo-Espaço – não são realidades externas imutáveis que se encontram de alguma forma aí fora e dentro de cujos marcos existe a realidade social. Os Tempos-Espaços são construções reais que se encontram em constante evolução, e cuja construção é parte componente da realidade social que analisamos. Os sistemas históricos dentro dos quais vivemos são, efetivamente, sistêmicos, mas também são históricos. Permanecem iguais ao longo do tempo, mas não são idênticos de um minuto ao seguinte. Este é um paradoxo, mas não uma contradição (WALLERSTEIN, *op. cit.*, p. 21).<sup>9</sup>

Aqui, pode-se realizar uma aproximação entre as vertentes analíticas. Se, para Wallerstein, é possível agregar diferentes espaços e sociedades nestes sistemas espaciotemporais, devido a algum tipo de compartilhamento cultural, verifica-se que esta zona está integrada devido às características culturais, transformadas em políticas, que auxiliam esta comunicabilidade entre as diversas zonas consideradas, conforme afirmado por Álvarez, Dagnino, Escobar (*op. cit.*). Ao mesmo tempo, a criação de normas e instituições dentro de um mesmo espaço se refere à constituição de um discurso político daquelas atividades e daquelas instituições que são consideradas válidas e não-válidas dentro desta mesma zona, portanto realizando estratégias de valorização do discurso de grande escala, enquanto realiza processos de subalternização ou silenciamento de outros discursos dentro desta mesma zona, criando, desenvolvendo, e aprofundando sua hegemonia nesta área, através, sempre, de atores sociais que realizam essas práticas.

Baseando-se nestas três noções a respeito do conceito de discurso e suas implicações de poder social e político, pode-se seguir para a próxima seção deste trabalho, na qual se analisará o discurso específico do desenvolvimento na realidade global e na América Latina.

---

sistémica de la cual emergieron y sobre la cual actúan. Actúan libremente, pero su libertad está limitada por sus biografías y por las prisiones sociales de las que forman parte.”

<sup>9</sup> No original, “(...) el tiempo y el espacio – o mejor dicho el compuesto TiempoEspacio – no son realidades externas inmutables que se encuentran de alguna manera ahí fuera y dentro de cuyos marcos existe la realidad social. Los TiemposEspacios son construcciones reales que se encuentran en constante evolución y cuya construcción es parte componente de la realidad social que analizamos. Los sistemas históricos dentro de los que vivimos son, efectivamente, sistémicos, pero también son históricos. Permanecen iguales a lo largo del tiempo, pero no son idénticos de un minuto al siguiente. Ésta es una paradoja, pero no una contradicción.”

### 3 O DESENVOLVIMENTO COMO DISCURSO DE PODER

Nas seções anteriores do trabalho, verificou-se três formas de análise dos discursos que envolvem o poder: a análise da determinação cultural da política, de Álvarez *et al.* (2000); a análise das formas de determinação de organização social através do discurso compartilhado, de Michel Foucault (2012); e a perspectiva de uma atuação internacional, de uma zona *espaçotemporal* do discurso, como apresentada pelo conceito de “geocultura” de Immanuel Wallerstein (2005). Nesta seção do trabalho, analisar-se-á, mais especificamente, o discurso do desenvolvimento tendo como base estas três articulações, e suas consequências para podermos abordar, mais à frente, a posição do regional no processo de globalização econômica e financeira, e o caso do Estado do Paraná.

Conforme afirmado anteriormente, a palavra “desenvolvimento” surge de outras áreas da ciência, segundo Eduardo Gudynas (2011), que não a Geografia. Discutindo a questão do desenvolvimento e suas alternativas na América Latina, o autor faz uma construção básica dos debates relacionados com o desenvolvimento e sua implicação nas políticas econômicas e sociais da região. A luta pela construção de diversos significados para “desenvolvimento”, principalmente desenvolvidos pelo trabalho a respeito do desenvolvimento econômico de Celso Furtado e outros economistas latino-americanos no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização das Nações Unidas (ONU), estariam relacionados com uma realidade estrutural “[...] heterogênea das economias latino-americanas, onde coexistiam setores mais avançados junto a outros atrasados e de subsistência” (GUDYNAS, *op. cit.*, p. 24).<sup>10</sup>

Dentro desta perspectiva, segundo Immanuel Wallerstein, a construção discursiva do desenvolvimento foi utilizada, desde o início da sua aplicação política e econômica, como um discurso de determinação e hierarquização da situação econômica não apenas dos países como um todo, mas também dos processos econômicos ao redor do mundo:

---

<sup>10</sup> No original, “la estructura heterogénea de las economías latinoamericanas, donde coexistían sectores más avanzados junto a otros atrasados y de subsistencia.”

A noção de desenvolvimento, segundo a forma como começou a ser utilizado o termo em 1945, estava baseada em um mecanismo explicativo familiar, uma teoria de estados. Aqueles que utilizavam este conceito pressupunham que **as unidades individuais – “sociedades nacionais” – se desenvolviam todas fundamentalmente da mesma maneira (satisfazendo assim a demanda nomotética)**<sup>11</sup>, **mas em ritmos distintos (reconhecendo as diferenças que pareciam apresentar os Estados no presente)**. Resultava, então, possível introduzir conceitos específicos para estudar os “outros” do presente sustentando que, cedo ou tarde, todos os Estados terminariam sendo mais ou menos o mesmo. Esse truque de ilusionismo tinha, à sua vez, uma faceta prática. Implicava que o Estado “mais desenvolvido” podia se oferecer como modelo para os estados “menos desenvolvidos”, exortando a estes últimos a embarcar-se em uma sorte de ação mimética que lhes prometia chegar a uma melhor qualidade de vida e uma estrutura de governo mais liberal (“desenvolvimento político”) ao final do arco íris (WALLERSTEIN, 2005, p. 12; grifo nosso).<sup>12</sup>

Wallerstein, através desta afirmação, auxilia a compreender a força do discurso do desenvolvimento. A partir de sua inserção dentro da lógica de equiparação e hierarquização da realidade econômica de cada país, o desenvolvimento passa a ser utilizado como uma política, ou seja, como uma estratégia para alcance de determinadas intenções por partes dos diversos atores econômicos, políticos e sociais. Imbuídos de uma noção de análise da realidade atual de determinadas áreas geográficas ou culturais, mas também envolvidos na busca por regras que determinariam o crescimento econômico (considerado como eixo principal da solução dos problemas sociais), os teóricos do desenvolvimento, que formam as bases da posterior política do desenvolvimento posta em prática ao redor do mundo, buscaram criar os parâmetros para o desenvolvimento em si, em cartilhas que se espalhavam de diversas maneiras (WALLERSTEIN, 2005).

Esta perspectiva – de criação de regras que podem ser seguidas por diferentes estados e

---

<sup>11</sup> Para Wallerstein, a forma nomotética de análise da realidade está baseada em “métodos reproducibles, ‘objetivos’ (preferentemente cuantitativos)”, que busca a análise da realidade em busca de “arribar a leyes generales que explicaran la realidad social” (WALLERSTEIN, *op. cit.*, p. 75).

<sup>12</sup> No original, “La noción de desarrollo, según comenzó a ser utilizado el término en 1945, estaba basada en un mecanismo explicativo familiar, una teoría de estados. Quienes utilizaban este concepto presuponían que **las unidades individuales – “sociedades nacionales” – se desarrollaban todas fundamentalmente de la misma manera (satisfaciendo así la demanda nomotética) pero a ritmo distinto (reconociendo las diferencias que parecían presentar los estados al presente)**. Resultaba entonces posible introducir conceptos específicos para estudiar los “otros” del presente sosteniendo que, tarde o temprano, todos los estados terminarían siendo más o menos lo mismo. Este truco de ilusionismo tenía a su vez un costado práctico. **Implicaba que el estado “más desarrollado” podía ofrecerse como modelo para los estados “menos desarrollados”, exhortando a estos últimos a embarcarse en cierta suerte de acción mimética que les prometía hallar una mejor calidad de vida y una estructura de gobierno más liberal (“desarrollo político”) al final del arco iris.**”

outros entes públicos em direção ao desenvolvimento econômico das suas sociedades – é fundamental e muito relevante na análise da realidade das ações do Governo do Estado do Paraná com relação ao desenvolvimento; estas ações estão também submersas na metanarrativa da *modernidade*, conceito fundante da sociedade ocidental como a conhecemos atualmente, e ao qual nos dedicaremos rapidamente.

Devido à crise da modernidade, que se encontra em curso de acordo com alguns autores (ESCOBAR, 2005; GUDYNAS, 2011; QUIJANO, 2000; NASCIMENTO, 2001; entre outros), se questionam aspectos a respeito da mesma buscando compreender de qual forma a sua “[...] habilidade [...] para prover soluções aos problemas modernos tem sido crescentemente comprometida”<sup>13</sup> (ESCOBAR, *op. cit.*, p. 23). Devido à hipertrofia de diversos de seus pressupostos, tais como a “hiper-tecnificação da racionalidade e a hiper-mercantilização da vida social”, apresenta, ainda, que a crise da modernidade não é baseada na falta de funcionalidade de suas atividades ou ferramentas criadas, mas sim como sendo “[...] uma crise dos modelos de pensamento e das soluções modernas, onde se faz imperativo compreendê-la para que possamos identificá-la de acordo com sua realidade em diversos lugares ao redor do mundo, e especificamente na América Latina” (ESCOBAR, *op. cit.*, p. 24).<sup>14</sup>

Elimar Pinheiro do Nascimento (2001), em seu estudo a respeito das formas existentes de conflito na sociedade atual, traz, de forma didática, alguns dos pressupostos da modernidade. Para o autor, a modernidade é constituída por alguns elementos que, relacionados, constituem a sua base e que, posteriormente, constituirão os discursos a respeito do desenvolvimento.

Segundo Nascimento (2001), deve-se, já de início, perceber a modernidade como a constituição de bases para a sociedade, ou seja, das formas de relações sociais existentes. Como princípio para estas novas relações, o autor define que a “*constituição e centralidade do indivíduo*”, ao retirar do grupo coletivo os “processos de identificação e pertencimento”, cria um deslocamento do indivíduo destes grupos em direção às suas atividades cotidianas: por exemplo, “deslocando o

---

<sup>13</sup> No original, “La habilidade de la modernidad para proveer soluciones a los problemas modernos ha sido crecientemente comprometida”.

<sup>14</sup> No original, “En la base de esta incapacidad moderna subyace tanto la hiper-tecnificación de la racionalidad y la hiper-mercantilización de la vida social. (...) El resultado es una globalidad opresiva en la cual múltiples formas de violencia toman crecientemente la función de regulación de la gente y las economías. (...) En síntesis, la crisis moderna es una crisis de los modelos de pensamiento y las soluciones modernas, al menos bajo la globalización neoliberal (GNL), sólo agudizan los problemas. *Moverse más allá o por fuera de la modernidad deviene, entonces, en un sine qua non para imaginar el más allá del Tercer Mundo.*” (grifo no original).

indivíduo do espaço da família para o do trabalho”. Esta centralidade, para Nascimento, se tornará a “*norma única e universal*”, onde os indivíduos serão regidos enquanto indivíduos, e não enquanto pertencentes a algum tipo de coletividade.

Dentro da esfera política, a criação desta norma única e universal permite outro deslocamento: se a lei torna-se igual para todos, o poder estatal autônomo em si, compreendido aqui como a capacidade de gerar políticas nacionais, não é mais algo que pertence a alguém ou a algum grupo, mas sim torna-se um lugar, “[...] impessoal, permitindo que todos os membros da comunidade possam ser detentores temporários do poder” (NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 90). Este lugar, cujo ocupante resulta de um “[...] processo de escolha realizada pelos membros da comunidade política” no qual participam “todos os seus participantes, sem exceção” (NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 92).

Compreende-se, porém, junto ao autor, que um dos principais traços da modernidade é a regência exercida, sobre “a sociedade moderna, e [...] suas práticas e valores” (NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 95) pela racionalidade, ou seja, o processo de divisão do conhecimento e aplicação de regras práticas e cientificação da sociedade. Uma vez que a sociedade moderna “ignora a exterioridade”, compreende-se que ela pode aplicar estes conceitos de cientificação e racionalidade a todos os âmbitos da vida social: ela simplesmente cria ferramentas e formas de ação, dos quais o autor cita o Estado-nação<sup>15</sup> como um dos “simples instrumentos de sua realização, e que determina apenas fronteiras político-institucionais de regulação de fluxos, sem que a sociedade deixe de permanecer social e, sobretudo, economicamente aberta” (NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 96; grifos no original).

Estas bases da modernidade, porém, não podem ser compreendidas fora daquilo que Nascimento denomina como “duplo conflito estrutural” da modernidade:

---

<sup>15</sup> Para Raffestin, mesmo estando baseada na noção clássica de uma organização burocrático-militar que detém o domínio de um território e a capacidade de comando da população que o habita, o Estado deve ser complexizado, e pensado como um dos diversos poderes políticos dentro da sociedade: “O Estado mesmo sendo a mais acabada e mais incômoda das formas políticas não é a única. Se a linguagem tivesse sido criada para justificar o poder político e as relações que ele estabelece no espaço e no tempo, o Estado certamente teria tido um lugar privilegiado, mas não estaria sozinho” (RAFFESTIN, *op. cit.*, p. 28).

A nossa modernidade nasce sob a regência de um **duplo conflito estrutural**. O primeiro é o que contrapõe o espaço político-institucional nacional e o espaço econômico mundial. O capitalismo, sistema econômico vocacionado ao internacional, nasce e se desenvolve sob a regência de um instrumento antimundial, o Estado-nação. O segundo conflito estrutural antagoniza o espaço econômico da desigualdade com o espaço político da igualdade. Se o mercado é o nascedouro legítimo de nossas desigualdades modernas, o espaço da política nos faz iguais. Desta maneira, tanto o nacional quanto o internacional são espaços próprios da modernidade, tanto quanto os espaços da igualdade e da desigualdade (NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 90; grifo nosso).

Desta perspectiva advém a importância da compreensão do *discurso da modernidade*. Como apresenta Nascimento, este conflito estrutural compreendido pela modernidade opõe âmbitos onde se percebem as formas de relacionamento entre os membros de uma mesma sociedade: enquanto instrumento de definição do espaço político-institucional da igualdade, o Estado-Nação se põe em choque contra o espaço econômico da desigualdade, que também é o espaço econômico mundial, de funcionamento do sistema capitalista como um todo. Assim, o conflito se instaura quando, em uma situação qualquer, estes quatro âmbitos – sistêmico, nacional, igualitário e desigualitário – se encontram em oposição e geram algum tipo de conflito.

O Estado, porém, segundo o autor, enquanto “espaço da busca da racionalidade do sistema econômico, impede que a produção da desigualdade destrua o próprio sistema econômico e político, intervindo para controlá-la” (NASCIMENTO, *op.cit.*, p. 90). E é neste processo que se insere, dentro da lógica estatal, a realidade do discurso do desenvolvimento, visto como uma maneira de controlar estas desigualdades estruturais (*idem*).

A utilização do desenvolvimento como instrumento hierárquico por parte dos países centrais no sistema capitalista atual, se compreendida como apresentada acima, se baseia na noção de que existem *formas diversas de gerenciar este conflito e de criar as bases de um desenvolvimento econômico moderno*, conforme nos apresenta Aníbal Quijano (2000, pp. 79-80):

Alguns dos traços específicos da moderna sociedade capitalista nos países centrais foram propostos como expressões básicas da modernidade, e como o marco histórico insubstituível do desenvolvimento econômico: o princípio do lucro, o valor do dinheiro e do mercado, a ideia de que o sentido da vida é o trabalho e o consumo, o universalismo da respectiva orientação valórico-normativa. (...) Os traços opostos a estes eram, portanto, parte da tradição e obstáculos a remover do caminho do desenvolvimento. O desenvolvimento era, antes de tudo, modernização (QUIJANO, 2000, p. 79-80).<sup>16</sup>

A definição destes traços que se referem aos processos modernos e não modernos nos remetem à classificação utilizada, pelos analistas do sistema-mundo moderno, de produções centrais e periféricas do capitalismo, que são aquelas que dependem do grau de modernidade para serem definidos como tal: “[o conceito] se refere a produtos, mas tem sido utilizado com frequência para se referir aos países em quais tais produtos são dominantes. (...) [O] elemento chave que distingue os processos centrais dos periféricos é o grau em que são monopolizados e, portanto, lucrativos”<sup>17</sup> (WALLERSTEIN, *op. cit.*, p. 71). Estas produções (ou seja, modos de produção) são diretamente relacionadas com a modernidade por se relacionarem ao conceito de indústrias de ponta, profundamente ligado ao desenvolvimento racional técnico e científico das ferramentas utilizadas para esta produção:

Um conceito recente entre os economistas, que argumentam que as indústrias de ponta existem em todos os tempos, e que são de ponta pois são altamente rentáveis e estão relativamente monopolizadas, e têm um impacto importante na economia (...). Posto que as indústrias de ponta sejam o lugar de grandes lucros, os produtores tentam constantemente entrar no mercado como competidores, e em determinado momento a indústria de ponta deixa de sê-lo (WALLERSTEIN, *op. cit.*, pp. 75-76).<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> No original, “Algunos de los rasgos específicos de la moderna sociedad capitalista en los países centrales, fueron propuestos como expresiones básicas de la modernidad y como el marco histórico insustituible del desarrollo económico: el principio de la ganancia, el valor del dinero y del mercado, la idea que el sentido de la vida es el trabajo y el consumo, el universalismo de la respectiva orientación valórico-normativa. (...) Los rasgos opuestos a ellos eran, pues, parte de la tradición y eran los obstáculos a remover en el camino del desarrollo. El desarrollo era, ante todo, modernización. (pp. 79-80)”

<sup>17</sup> No original, “Se refiere a los productos para ha sido usado con frecuencia para referirse a los países en los cuales tales productos son dominantes. Es el argumento de ese libro que el elemento clave que distingue a los procesos centrales de los periféricos es el grado en el que son monopolizados y por lo tanto gananciosos”.

<sup>18</sup> No original, “Un concepto reciente entre los economistas, quienes argumentan que las industrias de punta existen en todo tiempo, y que son de punta porque son altamente rentables y están relativamente monopolizadas, y tienen un impacto importante en la economía (...). Puesto que las industrias de punta son el sitio de grandes ganancias, los productores intentan constantemente entrar en el mercado como competidores, y en determinado momento la industria de punta deja de serlo”.

Desta forma, a lógica capitalista desenvolve a imposição desta lógica de raciocínio, baseada na aproximação lógica e estrutural do econômico como uma verdade absoluta para a resolução dos problemas sociais encontrados atualmente. A formatação do desenvolvimento passa por esta questão de poder, mas, também, pela hierarquização destes traços na valoração cultural e econômica dos elementos constitutivos desta retórica da modernidade. Como apresenta ainda Aníbal Quijano, a modernidade foi a responsável por estabelecer as bases do desenvolvimento capitalista como o conhecemos (2000, p. 82):

A colonialidade do poder foi determinante no processo de eurocentramento do poder capitalista mundial. Por certo, o deslocamento das rotas mundiais de comércio ao Atlântico após a formação da América, permitiu a constituição da Europa como nova identidade histórica, e a hegemonia mundial da Europa Ocidental. Mas a virtual exclusividade da relação capital-trabalho assalariado entre europeus ou brancos, enquanto se impunha sobre todas as demais raças todas as formas de exploração, não poderia ser explicada somente pela nova geografia do tráfico comercial, nem pelas inerentes tendências da relação social chamada capital. E foi este eurocentramento do controle de capital como relação social, e em consequência, da produção industrial, o que produziu no fundamental a divisão radical entre o centro e a periferia do capital, a concentração do desenvolvimento do capital e da sociedade do capital no centro, a configuração do poder entre burguesia e trabalhadores assalariados, o mercado como piso e limite das relações entre o público e o privado, o eurocentramento da nova racionalidade correspondente à nova ordem mundial e sua hegemonia mundial (QUIJANO, 2000, p. 82).<sup>19</sup>

A modernidade concebida como o discurso apresentado, portanto, apresenta uma nova face, a da “colonialidade do resto do mundo”. Trata-se de um discurso, conforme compreendido anteriormente, por estabelecer hierarquias e processos de exclusão, por se tratar de uma “expressão central da classificação da população mundial em torno da ideia de raça” (QUIJANO, *op. cit.*, p. 83), entre os europeus “modernos” e o resto da população, “tradicional”, “não-moderna”:

---

<sup>19</sup> No original, “La colonialidad del poder fue determinante en el proceso de eurocentramiento del poder capitalista mundial. Por cierto, el desplazamiento de las rutas mundiales de comercio al Atlántico tras la formación de América, permitió la constitución de Europa como nueva identidad histórica y la hegemonía mundial de Europa Occidental. Pero la virtual exclusividad de la relación capital-trabajo asalariado entre europeos o blancos, mientras se imponía sobre todas las demás razas todas las formas de explotación, no podría ser explicada solamente por la nueva geografía del tráfico comercial, ni por las inherentes tendencias de la relación social llamada capital. Y fue dicho eurocentramiento del control del capital como relación social, y en consecuencia, de la producción industrial, lo que produjo en lo fundamental la división radical entre el centro y periferia del capital, la concentración del desarrollo del capital y de la sociedad del capital en el centro, la configuración del poder entre burguesía y trabajadores asalariados, el mercado como piso y límite de las relaciones entre lo público y lo privado, el eurocentramiento de la nueva racionalidad correspondiente al nuevo orden mundial y su hegemonía mundial.”



(...) nas regiões nas quais foi imposta a colonialidade do poder, as tendências de configuração do poder foram, a todo tempo, suas prisioneiras. (...) A democratização das relações sociais cotidianas, requer em todas as partes que aqueles que estão na sociedade se reconheçam como de uma mesma natureza. A colonialidade do poder, a classificação racial<sup>20</sup> da população torna, literalmente, impossível toda democratização real (QUIJANO, *op. cit.*, pp. 84-85).

Esta realidade, segundo Quijano, se distribui ao redor do mundo em razão do processo de distinção entre os *interesses* compartilhados entre os entes dirigentes, que estabelecem as políticas e práticas de desenvolvimento a serem executados em suas áreas de jurisdição, e a população que está sob sua administração. Para o autor, a comunidade existente não se dá dentro da comunidade local, mas sim entre os interesses compartilhados por estas elites regionais com os interesses do centro econômico e político global (QUIJANO, *op. cit.*). Este é um fator crítico para a compreensão já que, através de sua análise, podemos compreender de qual forma os aspectos culturais deste discurso se tornam político conforme afirmado por Álvarez *et al.*:

É essa configuração de poder no capitalismo, fundada não na imposição mas sim na comunidade de interesses, por sua vez fundada na colonialidade do poder, local e global, aquilo de que dá conta o conceito de dependência histórico-estrutural. Este é, rigorosamente, um componente da colonialidade do poder no capitalismo mundial (QUIJANO, *op. cit.*, p. 87).<sup>21</sup>

Por sua vez, Arturo Escobar apresenta que a análise deste processo de colonialidade do pensamento atua, justamente, através “do pressuposto de que o desenvolvimento europeu [que inclui, em sua categoria, o modelo americano e, posteriormente, o modelo japonês de desenvolvimento] deve ser seguido unilateralmente por qualquer outra cultura, e pela força caso se faça necessário” (2005, p. 34), sendo que este modelo de desenvolvimento é pautado na racionalidade e no economicismo, como analisado acima. Devido ao seu caráter hegemônico, aponta o autor, a colonialidade é parte constitutiva da modernidade, uma vez que “não há

---

<sup>20</sup> Para Aníbal Quijano, a questão racial está envolvida dentro de um jogo de definição a respeito dos participantes do jogo político, sendo a estrutura política desta definição uma das considerações a respeito da superioridade de determinado grupo social. A classificação social, desta forma, se caracteriza como uma ferramenta de poder dentro desta perspectiva, e também da subjetivação desta diferenciação por parte das populações classificadas como inferiores para que aceitem rotineiramente esta realidade (QUIJANO, *op. cit.*, p. 85).

<sup>21</sup> No original, “Es de esa configuración de poder en el capitalismo, fundada no en la imposición sino en la comunidad de intereses, a su vez fundada en la colonialidad del poder, local y global, de lo que da cuenta el concepto de dependencia histórico-estructural. Esta es, rigurosamente, un componente de la colonialidad de poder en el capitalismo mundial.”

modernidade sem colonialidade”, apresentando a força epistemológica, ou seja, de produção do conhecimento, através do discurso existente em uma determinada realidade local (ESCOBAR, 2005).

Tendo o discurso do desenvolvimento tal força discursiva, se pode compreender de qual forma, ao longo de sua história, ele foi invocado, em suas diversas frentes, pelo Governo do Estado do Paraná para suas ações de política econômica. Trataremos brevemente deste assunto na próxima seção, na qual analisaremos a inserção do Estado do Paraná numa realidade de redefinição dos termos das relações, de ajustamento dos discursos, e de alteração dos âmbitos das atividades dos lugares numa escala regional, nacional e global.

#### **4 PARANÁ: DESENVOLVIMENTO COMO DISCURSO DE PODER POLÍTICO CENTRAL E INSERÇÃO NA NOVA ORTODOXIA REGIONAL A PARTIR DOS ANOS 1990**

Observou-se, nas duas primeiras seções deste trabalho, de qual forma os diversos discursos trazem, em si, possibilidades de instalação de relações de poder e, através destas, formas de alteração da realidade social e institucionalização das relações sociais baseando-se nestes autores. O Estado do Paraná não escapa a esta realidade, uma vez que as instituições políticas envolvidas no planejamento e na aplicação de políticas econômicas buscaram, através de sua história, inserir a economia regional na perspectiva do desenvolvimento enquanto estratégia política.

A situação econômica paranaense esteve, de uma forma ou de outra, sempre atrelada ao mercado internacional através da exportação de diversos tipos de produção. Se, no seu início, esta economia esteve baseada em uma atividade econômica que se dividia entre pequenos criadores de gado e largas faixas de terra que se dedicavam à exportação de matérias primas a um mercado relativamente pequeno, focado inicialmente na exportação de madeira nativa e, posteriormente, na exportação da erva-mate para os mercados do Chile e dos países platinos (Argentina, Uruguai e, em menor dimensão, Paraguai) (MAGALHÃES FILHO, 2011).

A noção do desenvolvimento no Paraná como um todo, porém, sempre foi uma grande disputa política. Segundo Ruy Wachowicz, a própria emancipação política desta região se tornou

possível através de uma característica político-econômica da elite regional, baseada, ao longo do século XIX, na exploração econômica “economia do criatório [de gado] nas regiões de Campos Gerais, Guarapuava e Palmas”, assim como “da exploração da erva-mate” que “foi outra base econômica para o surgimento da Província” em 1853 (WACHOWICZ, 2002, p. 281).

Posteriormente, a absorção de outras zonas territoriais na expansão do domínio e da ocupação do território pertencente ao Estado do Paraná, a partir da instalação do regime republicano, também se baseou na perspectiva de absorção destes espaços tendo como base a expansão de um regime econômico baseado na exploração da natureza, seja através das elites latifundiárias, ou de pequenos proprietários que tendiam mais à subsistência que à atividade intensa de comercialização desta produção (WACHOWICZ, 2002). Se a região denominada de *Norte Pioneiro* foi ocupada através destes pequenos produtores de gado vindos de outros Estados do Brasil, a ocupação do *Norte Paranaense*, ocorrida através da atividade de diversas companhias privadas estrangeiras de povoação, se deu na continuidade da exploração da economia cafeeira que vinha do Estado de São Paulo (WACHOWICZ, 2002). Sobretudo a ocupação do Norte Paranaense gerou uma divisão profunda com a elite política que governava o Estado, segundo Wachowicz:

Os [habitantes da região do *Norte Paranaense*] teimavam em permanecer afastados dos problemas políticos e administrativos do estado [do Paraná] e continuavam vibrando e se interessando mais pelos problemas de suas respectivas regiões de origem. A capital para os nortistas era São Paulo e não Curitiba. Em consequência desta atitude, a tradicional oligarquia paranaense continuava a governar sozinha o Paraná e se mantinha no poder de forma incontestável. O norte demorava em assumir a fatia de poder a que tinha direito natural (WACHOWICZ, *op. cit.*, p. 284).

Com a imigração advinda do Rio Grande do Sul, sobretudo organizada por descendentes de imigrantes europeus instalados naquele estado há algum tempo que chegaram ao *Oeste Paranaense*, os problemas políticos, e a possibilidade de divisão do território em diversas unidades políticas diferentes se aprofundou. É assim que se considera que a utilização da noção de *desenvolvimento*, no Paraná, se deu a partir das antigas elites no estado, caracterizadas por terem sido ao mesmo tempo elites políticas e elites econômicas no início da ocupação do seu território, que se depararam com a possibilidade de perda do poder político:

As elites do Paraná tradicional nunca se preocuparam a fundo com o norte do Paraná ou mesmo com o sudoeste e o oeste. As camadas hegemônicas que governavam o Paraná, sobretudo no início do século, não viam com bons olhos a presença destas populações que alguns de seus expoentes chegavam a chamar de *adventícias*. Perceberam que poderiam perder a liderança absoluta que exerciam no estado, pois a balança demográfica estava cada vez mais pendendo para o norte. Perceberam que se as populações do norte tomassem consciência do *peso específico* que representavam, automaticamente tomariam a sua parte e pretenderiam participar da liderança política do estado. Já dispunham de forte peso demográfico e econômico: a hegemonia política seria simples consequência dessa equação (WACHOWICZ, *op. cit.*, p. 285; grifo no original).

É nessa perspectiva que se pode compreender os diversos projetos criados no âmbito dos discursos de *desenvolvimento* no Paraná: uma forma de contrabalanceamento do poder econômico das elites de Curitiba e dos Campos Gerais contra a crescente força econômica e política das outras regiões do Estado, sobretudo o norte. Estas tentativas, porém, teriam de enfrentar a realidade de uma economia periférica tanto na estrutura internacional como referenciada anteriormente por Immanuel Wallerstein, como mesmo dentro da própria estrutura econômica brasileira (MAGALHÃES FILHO, 2011).

Para constituir esta nova realidade, desde a criação da Cidade Industrial de Curitiba, esta elite política realizou uma forma de atração do capital estrangeiro para fomentar esta nova forma de desenvolvimento. Os Investimentos Estrangeiros Diretos <sup>22</sup> passaram a se caracterizar esta nova forma de desenvolvimento, sobretudo com a atração de grandes indústrias internacionais para a região de Curitiba, num primeiro momento, e em outras frentes de desenvolvimento, como Ponta Grossa e Maringá, mais recentemente. A atuação desta aliança se dá dentro da

(...) produção de espaço através da reelaboração perpétua de redes de fluxos de circulação e acumulação de capital [que] descarta as configurações espaciais e escalas de governança existentes, ao mesmo tempo em que se produzem novas configurações e escalas (SWYNGEDOUW, 2010, p. 55). <sup>23</sup>

<sup>22</sup> Segundo Eliseu Sposito e Leandro Santos, é necessário se estabelecer uma diferença entre as diversas formas de internacionalização do capital. Segundo os autores, é “necessário estabelecer as diferenças entre [Investimento Estrangeiro Direto, ou IED], investimentos em portfólio e Novas Formas de Investimentos (NFI). Os IED visam o controle acionável durável, sob a forma de aquisição, fusão *joint ventures* ou investimentos novos. Os investimentos em portfólio buscam o rápido retorno (títulos públicos e privados). As NFI permitem que as Empresas Multinacionais (EM) controlem suas contrapartes em outros países prescindindo de capitais, por meio de acordos de licença, de assistência técnica, de *franchising* e da terceirização internacional (...)” (2012, p. 24). No caso do Paraná, a principal atividade desenvolvida foi a de IED.

<sup>23</sup> No original, “La producción de espacio a través de la reelaboración perpetua de redes de flujos de circulación y acumulación de capital descarta las configuraciones espaciales y escalas de gobernanza existentes, al mismo tiempo que se producen nuevas configuraciones y escalas”.

A aliança entre as diversas empresas atraídas por este processo e o Governo do Estado se baseia, institucionalmente, na instalação e apropriação do espaço por parte do capital estrangeiro, como forma de superação da realidade econômica vista como “atrasada” da economia regional (MAGALHÃES FILHO, *op. cit.*). O avanço do próprio capitalismo globalizado apoiou o desenvolvimento deste projeto de desenvolvimento no Paraná. Para isso, a administração do Estado também se baseou na inserção da administração pública na estrutura de poder mundial que Fernández *et al.* (2008) denominam de *nova ortodoxia regional*, na qual

(...) regiões e localidades passam a ser examinadas a partir da capacidade articuladora e cooperativa [entre atores institucionais e econômicos], assim como da fusão retroalimentária das dimensões socioeconômicas e institucionais que fomenta a ação coletiva a nível territorial. (...) Dita “plataforma comum” [da nova ortodoxia regional] não guarda uma complexidade excessiva: está sustentada em dar prioridade, primeiro analítica e em seguida política, ao volume e à qualidade das articulações cooperativas – e em geral às relações não mediadas pelas relações de mercado (redes) – entre os atores empresariais, associativos, governos locais, ONGs, instituições científicas, etc. (FERNÁNDEZ *et al.*, 2008, p. 229)<sup>24</sup>

Não apenas o governo do estado do Paraná recorreu a diversos fundos internacionais de desenvolvimento para a promoção de estratégias de atração de IED, sobretudo de característica industrial. O acesso às demandas intelectuais, ou seja, de formatação dos projetos, que é uma das principais determinações para o acesso a empréstimos internacionais, formataram muito da atividade do governo do Paraná nos últimos trinta anos (IZEPÃO, 2013).

Assim, podemos perceber a forma como o uso do desenvolvimento por parte do governo estadual como mote principal para suas atividades surge das possibilidades políticas advindas do mesmo.

---

<sup>24</sup> No original, “regiones y localidades pasan a ser examinadas a partir de la capacidad articuladora y cooperativa de esos actores, así como de la fusión retroalimentaria de las dimensiones socioeconómicas e institucionales que alienta la acción colectiva a nivel territorial. (...) Dicha “plataforma común” no guarda excesiva complejidad: está sustentada en dar prioridad, primero analítica y luego política, al volumen y la calidad de las articulaciones cooperativas – y en general a las relaciones no mediadas por las relaciones de mercado (redes) – entre los actores empresariales, gremiales, gobiernos locales, ONGs, instituciones científicas, etc.”

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível realizar, através do trabalho aqui desenvolvido, algumas indicações que auxiliam na compreensão do trinômio discurso, poder e desenvolvimento no caso de projetos econômicos e políticos no Estado do Paraná. Através da análise do funcionamento dos discursos, podemos perceber como a retórica estabelecida pelas fontes de poder político, econômico e social conseguem estabelecer não apenas diferenciações teóricas a respeito dos diversos processos sociais, mas, sobretudo, como conseguem transformar estas diferenciações teóricas em práticas de ação social.

Posteriormente, através da compreensão do discurso do desenvolvimento como prática de poder e embasamento de relações de poder no cenário econômico e político atual, criou-se a base conceitual para discutir a realidade do Paraná em seu desenvolvimento, que inclui, dentro de suas prerrogativas, a inclusão cada vez mais avançada e profunda, de todas as suas parcelas territoriais na lógica econômica vigente.

Tendo realizado este trabalho, compreendem-se algumas indicações teóricas a respeito destas questões. Este trabalho não se propõe a concluir a pesquisa, mas sim fomentar a sua continuidade e uma melhor compreensão da realidade do Paraná através da discussão teórica e conceitual apresentada, pois é esta discussão que nos permitirá, para além de analisar esta dita realidade, alterá-la em nossas atitudes com relação àquilo que desejamos para o futuro da nossa sociedade.

## 6 REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ÁLVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 15-57.

ESCOBAR, Arturo. Más allá del Tercer Mundo: globalidad imperial, colonialidad global y movimientos sociales contra la globalización. In: ESCOBAR, Arturo. **Más allá del Tercer Mundo**. Globalización y diferencia. Bogotá: ICANH, 2005, p. 21-46.

ESTEVA, Gustavo. Los quehaceres del día. In: MASSUH, Gabriela. **Renunciar al bien común**. Extractivismo y (pos)desarrollo en América latina. Buenos Aires: Mardulce, 2012, p. 237-281.

FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro; AMIN, Ash; VIGIL, José Ignacio. **Discutiendo el desarrollo regional**: desde la emergencia y la institucionalización de la nueva ortodoxia hacia su reconsideración. Repensando el desarrollo regional. Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana. Buenos Aires: Miño Dávila, 2008, p. 19-61.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GUDYNAS, Eduardo. Desarrollo, extractivismo y buen vivir. Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa. In: LANG, Miriam; MOKRANI, Dunia (comp.). **Más allá del desarrollo**. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo/Abya Yala, 2011, p. 21-53.

IZEPÃO, Rosalina L. **O planejamento governamental no Paraná**: economia, Estado e política econômica. Maringá: Eduem, 2013.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. **Da construção ao desmanche**: análise do Projeto de Desenvolvimento Paranaense. Curitiba, PR: Editora da UFPR, 2011.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Os conflitos na sociedade moderna. In: BURSZTYN, Marcel. **A difícil sustentabilidade**. Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 85-105.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 6, nº 2 (mayo-agosto), p. 73-90, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993 [1980].

SPOSITO, Eliseu S.; SANTOS, Leandro B. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SVAMPA, Maristela. Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales. ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas? In: LANG, Miriam; MOKRANI, Dunia (comp.) **Más allá del desarrollo**. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo/Abya Yala, 2011, p. 185-216.

SWYNGEDOUW, Erik. ¿Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalamiento. FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro; BRANDÃO, Carlos (org.) **Escalas y políticas del desarrollo regional**. Desafíos para América Latina. Buenos Aires: Miño Dávila, 2010.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

ZIBECHI, Raúl. De los movimientos a las organizaciones. In: ZIBECHI, Raúl. **Contraingurgencia y miseria**. Las políticas de combate a la pobreza en América Latina. México DF: Pez en el árbol, 2010, p. 47-76